



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O QUE MUDAR NA
ORGANIZAÇÃO E NO ESTATUTO

2ª EDIÇÃO

Edinho Silva
Humberto Costa
José Dirceu
José Genoino
Olívio Dutra
Ricardo Berzoini
Rui Falcão
Tarso Genro



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O QUE MUDAR NA
ORGANIZAÇÃO E NO ESTATUTO

2ª EDIÇÃO

Edinho Silva
Humberto Costa
José Dirceu
José Genoino
Olívio Dutra
Ricardo Berzoini
Rui Falcão
Tarso Genro



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente (interino): Brenno César Gomes de Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis,
Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira,
Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da coleção e da publicação: Valter Pomar

Autores: Edinho Silva, Humberto Costa, José Dirceu, José Genoíno,
Olívio Dutra, Ricardo Berzoini, Rui Falcão e Tarso Genro

Revisão: Rita Camacho

Projeto Gráfico e diagramação: Capto RH

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Edinho
S579q O que mudar na organização e no estatuto [livro eletrônico] / Edinho
Silva et al. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2026..

68 p. (Coleção Organização Partidária , v. 3)
ISBN: 978-65-5626-177-5

1. Partido dos Trabalhadores 2. Organização partidária 3. Correntes
internas 4. Filiação partidária 5. Eleições Internas 6. Formação política
7. Contribuição partidária 8. Estatuto partidário I. Título. II. Costa,
Humberto III. Dirceu, José IV. Genoíno, José V. Dutra, Olívio VI.
Berzoini, Ricardo VII. Falcão, Rui VII. Genro, Tarso



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	5
Nota editorial	7
Ricardo Berzoini	9
Presidente do PT de 22 de outubro de 2005 a 18 de fevereiro de 2009	
Tarso Genro	15
Presidente do PT de 9 de julho a 21 de outubro de 2005	
José Genoíno	21
Presidente do PT de 6 de dezembro de 2002 a 9 de julho de 2005	
Rui Falcão	24
Presidente do PT de 25 janeiro de 1994 a 10 de fevereiro de 1995 e de 29 de abril de 2011 a 5 de julho de 2017	
Humberto Costa	34
Presidente do PT de 20 de março a 2 de agosto de 2025	
Olívio Dutra	39
Fundador e presidente do PT de 17 de fevereiro a 11 de dezembro de 1988	
José Dirceu	44
Presidente do PT de 29 de outubro de 1995 a 7 de dezembro de 2002	
Edinho Silva	56
Presidente do PT desde 3 de agosto de 2025	

APRESENTAÇÃO

Cabe ao 8º Congresso nacional do Partido dos Trabalhadores (e das Trabalhadoras) – convocado para o último fim de semana de abril de 2026 – atualizar o programa do Partido e revisar nosso estatuto, assim como aprovar a tática eleitoral para 2026 e as diretrizes de programa de governo referentes ao mandato presidencial 2027-2030.

O Diretório Nacional do PT, reunido no dia 6 de dezembro de 2025, nomeou o companheiro Jilmar Tatto para a coordenação do processo congressual. O Diretório também constituiu quatro grupos de trabalho, a cargo de Anne Moura (conjuntura e tática eleitoral), Cristiano Silveira (programa de governo), José Dirceu (programa partidário) e Valter Pomar (organização e estatuto).

O grupo de trabalho dedicado a organização e estatuto tem dois objetivos principais: apresentar ao Congresso uma sistematização das polêmicas e propostas e estimular o debate no conjunto do Partido. Nesse espírito, produzimos alguns subsídios: um compilado das resoluções partidárias; uma pesquisa com a militância; uma análise dos desafios e cenários presentes e futuros do Partido e suas implicações organizativas; um estudo sobre experiências internacionais; e esta coletânea de entrevistas com o presidente e ex-presidentes do Partido (ver a Nota Editorial nas próximas páginas).

Boa leitura!

São Paulo, 27 de janeiro de 2026

Valter Pomar, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

Post scriptum. A primeira edição desta coletânea de entrevistas começou a circular na noite de 27 de janeiro de 2026, contendo as entrevistas gravadas com o presidente e com ex-presidentes nacionais do Partido. Na manhã de 28 de janeiro, o companheiro José Dirceu entrou em contato conosco pedindo para retificar uma declaração que ele havia dado acerca de um dirigente do Partido. “Pedi a retirada da citação ao Quaquá porque seria um prejulgamento de que fui vítima já. Citei porque há quatro pedidos de comissão de ética para ele sem julgamento um faz de conta”, escreveu Dirceu, estando de acordo com que reproduzíssemos aqui essas suas palavras. Atendemos a solicitação feita por ele e, nessa segunda edição, a referida menção foi retirada.

São Paulo, 28 de janeiro de 2026

“Por ocasião do 8º Congresso do Partido dos Trabalhadores, o que o senhor/a considera que o PT deveria modificar em sua organização e em seu Estatuto?” Essa foi a pergunta que enviamos ao atual presidente, Edinho Silva, e a nove ex-presidentes do Partido: José Dirceu, José Genoíno, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra, Ricardo Berzoini, Rui Falcão e Tarso Genro. Outros três companheiros ex-presidentes do PT são falecidos: Luiz Gushiken, Marco Aurélio Garcia e José Eduardo Dutra.

Até o dia 27 de janeiro, a ministra Gleisi Hoffmann e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não haviam respondido às nossas solicitações. Assim que o fizerem, suas entrevistas serão incluídas nesta publicação.

Todas as entrevistas foram feitas remotamente por meio de aplicativo e seus conteúdos transcritos. Eventualmente, optamos por agrupar no mesmo bloco temas que se repetiram ao longo das declarações. Não foram feitas perguntas adicionais, apenas questionamentos pontuais a fim de aclarar ou detalhar aspectos que o próprio entrevistado já havia colocado.

No caso do senador Humberto Costa, ele solicitou a transcrição de sua entrevista para fazer aportes e reformulou o texto, entregando-o na noite de 23 de janeiro. Essa versão passou apenas por revisão gramatical para ser aqui publicada.

As entrevistas foram todas concedidas à jornalista Rita Camacho nas seguintes datas: Ricardo Berzoini, em 16 de dezembro de

2025; Tarso Genro, em 18 de dezembro de 2025; José Genoíno, em 2 de janeiro de 2026; Rui Falcão, em 6 de janeiro de 2026; Humberto Costa, em 16 de janeiro de 2026; Olívio Dutra, em 20 de janeiro de 2026; José Dirceu, em 22 de janeiro de 2026; e Edinho Silva, em 27 de janeiro de 2026. Essa cronologia foi o critério adotado para a ordem de publicação das entrevistas.

Ricardo Berzoini

Presidente do PT de 22 de outubro de 2005 a 18 de fevereiro de 2009

CONCEPÇÃO DE PARTIDO

O Estatuto depende da concepção de partido, ou seja, nós precisamos pensar a que o PT se propõe, de fato, à luz desses últimos anos de vivência, da história do PT como alternativa real de poder a partir das eleições presidenciais. E eu creio que aí o PT, nos últimos 20 anos, ele foi progressivamente se deslocando para o viés predominantemente, mas muito predominantemente, eleitoral. Ou seja, aquela perspectiva original do Partido de ser um partido para organizar a classe trabalhadora no sentido amplo de classe, não só os trabalhadores reconhecidos tipicamente como trabalhadores, mas também os pequenos empresários, enfim, todo mundo que depende do seu trabalho para viver e incidir fortemente na relação capital-trabalho, o PT foi gradualmente, por circunstâncias que nós conhecemos de vários países onde isso aconteceu com partidos de origem operária, se deslocando para um partido que prioriza o viés eleitoral e a participação no calendário institucional como prioridade. Então você tem um Estatuto que, no mais das vezes, se preocupa em tentar solucionar disputas internas e a construção de estruturas que dialogam com esse universo político-eleitoral.

FILIADOS COM FUNÇÃO

Eu creio que o PT precisa ter um debate profundo sobre, primeiro, o que ele pretende de fato e, segundo, qual é o grau de planejamento político para se buscar um caminho que concilie a necessária disputa eleitoral, que ela é fundamental, e o PT provou

que é possível disputar espaços e fazer políticas referenciais importantes, mas também trabalhar na perspectiva de organização de classe, de organização popular, de construir um partido mais orgânico, mais democrático no sentido das grandes decisões, ter um elevado grau de consulta às bases, fazer com que as pessoas filiadas tenham uma função, que essa filiação não seja apenas um ato de adesão formal, mas que elas se disponham e se comprometam a ter uma função organizativa, participativa, construtiva do Partido, e aí o Estatuto tem que refletir isso.

Hoje, eu diria que o PT está excessivamente na cúpula, quando falo cúpula não só nacional, mas estaduais e municipais, e pouco, digamos, com vida real nas bases. Nós falamos que temos aí 3 milhões de filiados, quando tem uma eleição com muita mobilização, com muito trabalho, até quase com o trabalho de arrastar as pessoas para votar, nós conseguimos levar 500, 600 mil pessoas para votar.

POLÍTICA DE FILIAÇÃO

Muitos questionamentos até se tanta gente foi votar sim e os votos apareceram, sabe-se lá como. E isso não se reflete no dia a dia do Partido. Essa quantidade de filiados, não falo nem dos 3 milhões, mas dos 500, 600 mil, não se reflete no dia a dia do partido, nem para dar função, dar sentido a essa militância, e nem para consultar de maneira real, e não apenas formal, consultar nos grandes temas do país.

Eu falo que o PT hoje não tem efetivamente, tem formalmente, mas não tem efetivamente, política nacional de filiação, política nacional de formação, nem sequer uma política real de comunicação com as bases. E aí eu falo, é óbvio, o PT continua sendo a coisa mais importante da esquerda brasileira, mas não tem, digamos assim, essa ambição que eu procurei, inclusive, desenhar num texto que apresentei sem pretensão de disputar espaço no Partido, antes do PED, que era no sentido de apresentar: olha, vamos construir

uma vida orgânica, planejada, com metas, com objetivos, com integração, com pertencimento e com, principalmente, a busca de agregarmos na vida partidária aqueles que se dispuseram, em algum momento da sua vida, a assinar a ficha de filiação. Então essa é a reflexão.

Isso daí, em termos de Estatuto, tem que ser refletido, e, quando eu falo refletir, é um Estatuto que seja, de fato, um guia de funcionamento do Partido com atividades de formação, com atividades de mobilização, com metas de organização e com metas de formação. Integrar as pessoas no Partido para que elas tenham um sentido formativo ao longo da sua presença na filiação partidária, buscando alcançar determinadas condições ideológicas e até técnicas para atuar dentro do Partido.

AS CORRENTES

E eu continuo crítico do papel das correntes políticas. A minha percepção é que as correntes, ao longo do tempo, perdem também o sentido de fazer um debate mais aprofundado e aberto, sem, digamos, a preocupação de ser situação ou oposição, a quem quer que seja. Então fica um processo muito viciado de debate político. Não tem nenhuma corrente no PT hoje que aja de forma diferente.

Até porque, para competir, acabam tendo muitas vezes que reproduzir essa dança que é repetitiva e que, na verdade, reproduz quase sempre os acordos. No último PED, a gente presenciou, eu que não estou no Partido, não estou atuando em praticamente quase nada dentro do Partido, à distância e até por pessoas que comentam comigo, tal, os acordos políticos sendo feitos sem nenhum tipo de transparência e nem um viés programático. É uma coisa muito mais: “Vamos fazer um acordo aqui, você pega a Secretaria-Geral e o outro pega não sei o quê”. Isso vale nos municípios, no Estado, no nacional e nos setoriais. Também é outro processo que eu critico muito, porque pode ser que tenha algum

lugar que funcione, mas onde eu tenho contato com os setoriais, o pessoal se esforça muito para eleger a direção, depois passa dois anos, três anos sem funcionar, sem ter planejamento para incorporar o Partido em um debate, por exemplo, da saúde, da educação, da cultura, tal, de maneira organizada mesmo, com posições claras, um debate claro.

Não quero ser pessimista, mas há uma certa acomodação. E essa acomodação leva o Partido a sempre focar. Qual o próximo objetivo? Eleger o meu deputado federal, o meu estadual, participar da eleição de um prefeito, que depois eu vou ter espaço na prefeitura, e assim por diante.

Então eu creio que falta um pouco, no processo eleitoral, de uma capacidade de estabelecer programas de cada candidatura, de cada chapa, e depois uma autocrítica, uma crítica partidária de... Olha, foi implementado? Não foi? Qual é o resultado concreto? O PT aumentou sua presença na sociedade nesse período? Tem mais filiados? Os filiados estão organizados na formação, na comunicação, na mobilização? Ou não? Então é isso que eu percebo hoje, mais como filiado do que como dirigente, que eu não sou mais há quase seis anos que eu não participo da direção.

Tem que quebrar a cabeça, criar mecanismos de participação de pessoas que não queiram se vincular permanentemente a nenhuma corrente. Eu uso uma imagem, porque hoje as correntes muitas vezes parecem quase torcidas organizadas. Ou seja, palavras de ordem, há pouco e pouco debate.

Umas mais, outras menos, nem varia de acordo com a conformação e com a vontade das direções. Mas se pensar o seguinte, o cidadão quer se filiar ao PT. Ele é obrigado a se vincular a uma corrente para poder ter a chance de disputar, de participar e de contribuir? Eu creio que não deveria, mas enquanto as correntes existem com esse formato e o processo de inscrição, por exemplo, quando tem uma disputa eleitoral por chapa e a chapa normal-

mente reproduz ou uma corrente ou uma aliança de algumas correntes, você acaba limitando essa participação.

Mas não só isso. Muitas vezes a pessoa concorda com o programa, por exemplo, da economia de uma corrente e da questão, digamos, da educação ou da saúde de outra corrente, mas, como é uma disputa bloqueada, a pessoa é obrigada a seguir o samba-enredo e a harmonia daquela corrente.

E também se você está na corrente, mas você não faz parte de um grupo dentro da corrente que tem, digamos, o controle do processo, você também não é chamado para nada, e quando tenta contribuir é visto como o que está querendo, está querendo alguma coisa.

Como eu sou afiliado há 45 anos, eu cansei de participar, por exemplo, do movimento sindical e do Partido nessa disputa, às vezes, meio infantil.

NOVA FORMA DE CONSTRUIR DIREÇÕES

Eu creio que talvez a grande contribuição que possa se dar, eu sei que é difícil por conta da luta interna, seria repensar a forma de construir as direções. Eu eliminaria a eleição direta, acho que ela é uma falsa democracia, e faria um processo de construção de baixo para cima com essa característica. É até repetitivo falar, mas eu uso como base da minha reflexão partidária a ideia de que o Partido tem quatro funções centrais, que é organização, comunicação, formação e mobilização.

Essas quatro funções têm que ter metas, têm que ter objetivos claros. E aí a pessoa, para ser dirigente, não importa se ela é de uma corrente A, B ou C, ou se ela não é de corrente nenhuma, ela tem que cumprir aquela função e prestar conta se as metas propostas pelo coletivo foram alcançadas e fazer a avaliação coletiva e individual para compor direção. Do jeito que é composto hoje, é até bacana para fora do Partido a gente falar que fazemos eleições diretas, mas sabemos que não é bem assim em termos de democracia.

O PED é uma reprodução dentro do Partido do processo eleitoral do Estado brasileiro. Eu acompanhei à distância, acompanhei pelo Youtube, alguns debates nacionais e dois ou três debates estaduais no último PED, e percebi mais uma vez aquela fala, digamos, de intenções mais sinceras ou menos sinceras em relação à posição partidária que depois se perde.

Tarso Genro

Presidente do PT de 9 de julho a 21 de outubro de 2005

NOVO SOCIALISMO PETISTA

Em primeiro lugar, eu acho que nós temos que reencaminhar, através desse Congresso, uma mudança de concepção nossa na formulação que temos, até agora, sobre o chamado socialismo petista. Porque aquela ideia de socialismo petista, embora tenha sido muito bem formulada à época, e que conseguiu, teoricamente pelo menos, fazer um enlace com a ideia socialista que veio da fundação do Partido, ela está hoje desatualizada, por três motivos fundamentais:

Primeiro, porque a globalização operou uma mudança completa na relação de forças no sistema mundo. E, ao mesmo tempo, colocou o Brasil numa posição mais importante, até em função das políticas que o governo Lula desenvolveu, também tornou conservadoras algumas formulações. Porque essas formulações de socialismo petista ainda estavam vinculadas às experiências revolucionárias do século passado. Então é necessária uma atualização dessa questão relacionada com o projeto socialista que o PT representa.

Em segundo lugar, porque já é consenso em escala mundial, entre os partidos do campo da esquerda e os próprios partidos da tradição comunista, que a questão democrática não pode ser mais considerada uma questão eminentemente tática, ou uma formulação de curto prazo. Mas, sim, que a ideia socialista do Partido tem que ser reconstituída a partir dessa nova visão, de que socialismo e democracia não são duas etapas do processo histórico, e, sim, tem que ter uma formulação a outra, uma relação simbiótica, uma re-

lação de integração. Então isso aí deve atualizar a nossa concepção de Estado e, portanto, constituir uma visão da democracia liberal, tradicional, para um patamar superior.

O que é esse patamar superior? É a combinação da democracia direta com a democracia representativa. A democracia constitucional, portanto, com legitimidade constituinte, vinculada a outras formas de organização do Estado. O que significam essas outras formas de organização do Estado? Significam, em primeiro lugar, a permeabilidade que tem que ter as políticas públicas na relação com a população, que devem ajudar a produzi-las e, portanto, entender o que o Estado efetivamente está fazendo e, de outra parte, alargar os espaços de participação na sociedade civil, nas questões culturais, nas questões relacionadas com a segurança pública, nas questões de organização do modo de vida nas grandes regiões metropolitanas.

Isso aí exige um novo tipo de Estado, não um Estado apenas ancorado numa estrutura normativa fixa, mas um Estado que se erga segundo determinados princípios e que adéque toda a sua estrutura legal, toda a sua estrutura constitucional a novas formas de participação democrática.

A segunda questão, que diz respeito inclusive à conjuntura que nós estamos vivendo hoje, é nós sabermos articular na sociedade um sistema de alianças, nos sindicatos, nas organizações da sociedade civil, nos movimentos comunitários, nas eleições para as prefeituras, nas eleições estaduais um sistema de alianças que reflita um pensamento nacional sobre a política, reflita, portanto, um projeto nacional que deve estar representado no sistema de forças que vai se realizar periodicamente sobre as eleições presidenciais.

Isso significa, portanto, permeabilidade de Estado, novas formas de participação política, novas formas na gestão do Estado e a adequação do instrumento de controle público da sociedade sobre o Estado que deve ser estruturado segundo as novas estruturas

tecnológicas, informacionais e de fluxos de informações que estão disponíveis hoje em todo o mundo.

Então essa é uma questão chave para mim que vai informar todas as demais questões. Para isso, nós temos que pegar as melhores cabeças do Partido, da sociedade civil, do movimento social para formular uma ideia nova sobre a questão do socialismo e a sua compatibilização com a questão democrática.

Tem uma questão que é fundamental nesse processo: é que nós não nos erguemos ainda nas nossas políticas de organização do Estado, nas nossas políticas de organização social, nas nossas pesquisas acadêmicas das instituições do Estado, das universidades e das instituições de pesquisa relacionadas com o Estado, ao nível das necessidades de formulação de políticas de tecnologia avançada em todos os setores relacionados com a participação popular, relacionados com o controle financeiro do Estado e relacionados com a participação efetiva da população também na gestão do Estado por esses meios virtuais que nos colocariam num patamar democrático superior inclusive aos países capitalistas avançados. Nesses países capitalistas, as conquistas tecnológicas são utilizadas fundamentalmente para manipulação política, para arrecadação de dinheiro ilegal e para realizar os interesses diretos das classes dominantes que são extremamente vinculadas aos grandes partidos que controlam o Estado periodicamente e se alternam nas eleições gerais.

Eu acho que essa questão política de organização do Estado, de participação popular, de reorganização das estruturas de participação apontam um novo caminho para uma nova ideia de socialista que não está formulada, que não está compreendida ainda sequer pelo conjunto do Partido e não está também elaborada por aquelas cabeças do Partido e fora do Partido que se vinculam ainda à ideia socialista, que é a ideia realmente que deve se caracterizar por ser mais radicalmente democrática do que todas as outras.

Então, da minha parte, essa é a principal preocupação que eu vou levar através dos debates e das reuniões, dos grupos de trabalho que o Estado compõe para o nosso próximo Congresso.

RELAÇÕES HORIZONTAIS COM A SOCIEDADE

Eu acho que o nosso partido é estruturalmente ainda um partido de cima para baixo. É a forma partido organizada dentro de todos os critérios legais e institucionais da modernidade que vieram gerar um sistema partidário, que é um sistema partidário que forma um núcleo dirigente e que governa o Partido e incide na população de cima para baixo. Eu acho que as relações hoje de um partido que compatibilize essas grandes transformações tecnológicas com as grandes ansiedades que passam e permeiam por meio das massas populares se dão hoje através de relações horizontais e não de relações verticais.

Então é necessário que nós reformulemos o nosso Estatuto para compor formas de organização em rede na sociedade civil com nós dirigentes entre esses circuitos da rede, que devem estar permanentemente formulando junto aos governos, junto à sociedade civil, junto ao Estado, junto à imprensa, propostas de organização democrática da sociedade. Isso aí não está ocorrendo porque os nossos partidos, inclusive os partidos das classes dominantes, mas isso para eles é natural, são partidos que pretendem ser comandantes de um processo. Essa visão de comando de um processo através de um grupo de dirigentes centralizados foi completamente incompatível com a época mais vinculada aos preceitos da Segunda Revolução Industrial, a grande ingerência da indústria do pensamento, da indústria política, abrigada numa cúpula dirigente.

Naquela época, isso aí era uma necessidade. Hoje, isso aí já não tem mais eficácia, porque as massas populares, as classes sociais que estão no campo da Revolução Democrática, ou estão fora do campo da Revolução Democrática, não formam as suas opi-

niões mais por mensagens que vêm diretamente de organizações centralizadas. Elas formam sua opinião através de grupos dispersos que se articulam em rede e que fermentam ideias, fermentam opiniões, fermentam propostas que vão sendo distribuídas, para o bem e para o mal, para o conjunto da sociedade. Então nós temos que adequar o nosso Estatuto a uma nova visão de estrutura partidária.

CIRCUITO EXTERNO DE OPINIÃO

E mais, eu acho que um partido que seja realmente moderno, seja realmente democrático e socialista, ele tem que organizar no seu entorno um circuito de opinião, uma esfera pública, não necessariamente vinculada diretamente ao partido, mas uma esfera pública de produção de opinião, de produção de ideias, que coloque em torno do Partido uma espécie de fiscalização da sociedade civil e proposições da sociedade civil para alimentar o próprio debate interno. Eu acho que seria uma forma rica, inclusive, de ter um circuito público não partidário no entorno do Partido, que seja simpatizante das ideias do partido, para aproveitar o que de melhor tem na intelectualidade, no meio acadêmico, no meio não acadêmico, no meio das instituições, inclusive, para que o Partido possa ser contemporâneo com essas novas problemáticas.

Não acredito que um partido fechado em si mesmo, ou apenas fazendo um sistema de alianças, possa representar de forma permanente a ampla maioria da sociedade, que é o que nós necessitamos. Nós precisamos de um poder estável por um longo tempo para realmente mudar essa sociedade e mudá-la democraticamente.

“EDINHO GOSTOU”

Essa ideia de um circuito externo ao Partido, que seja um circuito de simpatizantes, de aliados, de amigos, de intelectuais, de produtores de ideias, eu já propus ao próprio presidente atual do Partido.

Eu acho que ele já deveria começar a organizar isso, tendo uma estrutura tecnológica e informacional dentro do seu gabinete para começar a montar esse circuito, que normalmente é montado só nas eleições. Eu acho que ele tem que funcionar de maneira permanente. Uma espécie de conselho político ampliado da sociedade civil que se relaciona com o Partido de fora para dentro. Isso é muito importante para oxigenar o partido democrático.

O Edinho gostou muito da ideia e eu pretendo que o campo que eu vou estar articulado, que normalmente em torno de lideranças que eu tenho relações institucionais, eu vou propor que isso aí seja uma proposta discutida e organizada. Uma espécie daquilo que foi no primeiro governo Lula o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para o primeiro governo, e foi o que conseguiu estabilizar um sistema de alianças por um longo tempo.

Eu acho que o Partido tem que ter uma estrutura semelhante para aproveitar a inteligência e a energia da sociedade civil, que hoje são muito mais intensas do que na época em que o Partido foi criado.

José Genoíno

Presidente do PT de 6 de dezembro de 2002 a 9 de julho de 2005

O PED E A HORIZONTALIZAÇÃO

A minha questão central é acabar com o PED e recriar o processo congressual de base, municipal, estadual e nacional. E a plenária do Congresso como órgão superior, como órgão supremo do Partido. Eu acho que essa é uma questão que, vamos dizer assim, me mobiliza.

A outra é que a estrutura do PT tinha que favorecer a horizontalidade territorializada, uma visão territorializada da organização. Essa visão territorializada pode ser a importância dos diretórios de base, dos diretórios; no caso de uma cidade como São Paulo, é distrital, outras são municipais. E tem no âmbito aqui de São Paulo e de outras cidades grandes, outros estados grandes, tem que ter, vamos dizer assim, articulações regionais, que eu acho que tem em uma região como Campinas, como ABC, como Ribeirão Preto, tem que ter uma articulação dos diretórios, uma coordenação regionalizada para facilitar o que eu chamo de horizontalização do PT com base na visão territorializada.

Eu acho que o PT fez isso quando priorizava os núcleos. Eu acho que hoje nós temos que ter uma organização que resgate o papel dos núcleos com o papel dos diretores de base, através de horizontalização, para colocar no âmbito do território a dimensão dos núcleos, a dimensão dos diretores, inclusive na formação política, nos debates, nas articulações.

Isso eu estenderia para as macrorregiões. O Brasil é um país tão grande, tão diversificado, mesmo no estado de São Paulo, eu vivi essa experiência quando fui candidato a governador, tinha

macrorregiões. Se não tiver uma estruturação por macrorregiões, como é que você vai visitar todas as cidades? Como é que você vai fazer a informação chegar? Não chega.

MENOS AUTONOMIA ÀS BANCADAS

A outra questão é diminuir a autonomia das bancadas no âmbito do processo legislativo. No caso da bancada federal, tem muita autonomia. A direção executiva tinha que ter uma relação mais orgânica com as bancadas para diminuir essa atomização das bancadas, que nem é autonomia, é a atomização das bancadas no Congresso Nacional. Tem certas questões, independentemente de fechar a questão ou não, a executiva, a direção executiva tinha que avaliar, tinha que estar presente, tinha que discutir.

Porque eu acho que o PT é um partido presidencialista. Eu acho que era melhor ele priorizar os organismos coletivos. Em vez de ser o presidente que vai reunir, pode ser o presidente, mas priorizar a ação coletiva das executivas, no caso municipal, estadual, distrital, estadual e nacional. Porque a estrutura nossa está muito, vamos dizer assim, atomizada com os mandatos, com a própria relação de financiamento das campanhas eleitorais via fundo partidário, via fundo eleitoral, e isso acaba complicando a renovação das bancadas do PT. Porque a renovação do PT é muito pequena, é praticamente insignificante.

FEDERAÇÃO E COLIGAÇÕES

Eu acho que a gente devia priorizar a coligação em vez de federação. Eu acho que é muito mais fácil acumular com coligação política do que com federação, porque a federação impõe muitas restrições ao PT e não destaca as vantagens, só cria dificuldade para o PT.

Por outro lado, os partidos que integram a federação, que são partidos menores do que o PT, acabam criando uma relação de sufocamento. Eu acho que era muito melhor priorizar coligações partidárias, coligações nas alianças eleitorais. E aí definir um pro-

cedimento no estatuto sobre esse modelo de coligação em vez de ser o modelo de federação.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Eu acho que a outra coisa importante era a relação na formação política do Partido, a relação da Fundação Perseu Abramo com as instâncias organizadas do Partido. Ora a Fundação se dilui, ora ela é uma direção própria. Tinha que buscar um equilíbrio da relação da Fundação com a estrutura orgânica do Partido, entendeu? Porque ela fica muito apartada, a não ser quando tem curso. Não há uma interação, não há uma conexão dentro dessa visão de horizontalização da estrutura do Partido.

Na medida em que a Fundação é a expressão da pluralidade do PT, e tem que ser assim, eu acho que ela tinha que ter uma presença mais ativa na formação política. Que não significa só curso, não significa só aula, que significa algo mais amplo do que só aula, só curso etc. no caso da Fundação.

ESTÍMULO À MILITÂNCIA ATIVA

A Fundação não pode ter autonomia na linha política em relação à direção, mas dentro da linha da direção do Partido, dentro da linha geral do Partido, tinha que ter mais elaboração, tinha que estimular mais o debate, tinha que estimular mais a inquietação da militância. Porque, veja bem, eu acho que o PT tem que resgatar o conceito de militância. Hoje, ou tem funcionário ou tem a cabo eleitoral.

Eu acho que está faltando a ideia de militância política, ideológica, cultural, militância ativa, que eu acho que deveria ter uma mudança no regimento, no Estatuto do PT. Isso não é uma questão da militância, propriamente. Hoje, tem ou é funcionário, ou exerce cargo de confiança, ou é parlamentar, ou a Fundação fica apartada dentro de uma visão que é meio burocrática na minha avaliação.

Rui Falcão

Presidente do PT de 25 janeiro de 1994 a 10 de fevereiro de 1995 e de 29 de abril de 2011 a 5 de julho de 2017

“O PROGRAMA É UM DESASTRE”

O Valter [Pomar] fez um questionário com tudo isso. Já respondi. Mas eu acho ruim esse método. São coisas fragmentadas. Não sei se você já viu o primeiro esboço do Programa do Partido. Eu recebo porque eles fazem uma separação dos ex-presidentes. O programa eu acho um desastre. Não tem referência no 5º Encontro, não tem referência no 6º Congresso. A memória do PT se resume ao Manifesto de Fundação, que eles selecionam como epígrafe, alguns textos bem restritos. É uma narrativa à descrição de fatos. Muito mal escrito, repetitivo. Fala sempre soberania nacional, projeto nacional de desenvolvimento, coisa muito abstrata, assim, sem eixo. Fala uma vez em socialismo, de passagem, e, no antepenúltimo parágrafo, socialismo democrático. É um texto inenunciável. Mesmo dizendo que é uma coisa preliminar, não tem como emendar. E aí o que você faz? Faz texto alternativo?

O Genoino me mandou opiniões dele. Ele nem sabia que eu já tinha lido, quer dizer, está cada um num canto. Não era difícil reunir, eu sei que todo mundo tem agenda e tal, mas, para coisas importantes, você consegue fazer uma agenda, não é? Então estão pegando palpites meus, do Genoino, do Berzoini..., não sei o que o Tarso está pensando, o que o Olívio está fazendo, não tem debate coletivo, tem troca de opiniões esparsas por depoimentos desse tipo.

Eu respondi todas as perguntas que o Valter fez. É um questionário de pesquisa mesmo, gênero, profissão, se já teve cargo no

Partido e tal, e o que você proporia com relação a organização, estatuto, e por que você propõe essas coisas.

DEMOCRACIA DE BASE

Primeiro, precisa restabelecer os princípios fundadores do PT. A democracia de base, os núcleos, a organização, as consultas que nós não fazemos mais. Lembre-se que nós já tivemos dois plebiscitos no PT. Um do parlamentarismo e do presidencialismo e o outro [para decidir se] vai ao colégio ou não vai ao colégio, plebiscito com texto, com votação, com divergência. Nesse do parlamentarismo e do presidencialismo, o Zé Dirceu e o Lula foram derrotados pela base partidária.

Então eu restabeleço um princípio que eu acho importante, que foi colocado no texto de fundação da, hoje, Articulação de Esquerda, à época, Hora da Verdade, que dizia o seguinte: “Ninguém no PT, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às decisões democráticas da maioria”. Isso aí o pessoal queria que tirasse: “nem mesmo o Lula”. Falavam: “Ninguém no PT, porque precisa frisar ‘nem mesmo o Lula?’” Medo de falar do Lula. Isso foi mantido. Eu pus isso na pesquisa para o Valter, para ele lembrar, ele sabe.

SOCIALISMO E IMPERIALISMO

Falei do compromisso com o socialismo, que está totalmente fora de circulação. Não falei isso, mas, em um debate político, a gente pode falar: a redescoberta do imperialismo. Que não é um conceito. O Edinho [Silva], outro dia, deu uma entrevista dizendo: “Não podemos abandonar o conceito de soberania”. Não é um conceito, é um fato importante da definição de um país. Como também o socialismo é algo que a gente tem como princípio fundador da nossa existência. Aliás, não tem a palavra imperialismo no texto preliminar do programa. Fala dos Estados Unidos, fala da financeirização da economia, da globalização, do multilateralismo

e tal, colonialismo, a existência do imperialismo. É uma abstração. Então acho que esse tipo de debate, assim, para um documento feito às pressas, sem um coletivo reunido...

POLÍTICA PRIMEIRO

Aí eu falei, isso é uma das coisas que eu acho que o PT precisava pôr na sua organização, porque quem comanda a organização é a política, não é o contrário. Então, dependendo da linha política, dependendo da estratégia, dos rumos do Partido, você organiza o Partido.

Um partido que propõe a luta armada é um partido de organização segmentada, sem muita democracia interna, porque as pessoas não podem se reunir, vivem na clandestinidade. Um partido tipicamente eleitoral, como nós estamos hoje condenados a ser, tem outro tipo de organização, que é uma organização piramidal, com um peso muito grande dos mandatários, ou seja, dos parlamentares, dos prefeitos, dos governadores. Isso requer fundos para manter, requer decisões de que as pessoas não são partícipes, na verdade.

Você transfere os organismos de direção reais para as bancadas parlamentares e para os governos, então isso esvazia a estrutura formal do Partido, de núcleos, diretórios, por sinal, quase nem existem mais os núcleos. Isso cria uma subordinação, inclusive, de entidades do movimento social à questão das emendas parlamentares.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Você vê o drama a que a gente vive hoje. Eu, por exemplo, gostaria de abrir mão das emendas parlamentares, com uma espécie de gesto contra isso que o governo condena, o Lula condena e tal. Se eu faço isso, primeiro, vou ser cobrado pelos meus eleitores, que requerem essas emendas. Segundo, é um gesto quixotesco, porque eu sozinho não vou mudar nada.

Então, por exemplo, tem dois caminhos para você acabar com essa farra das emendas que não entram nem na questão da corrupção, mas na desorganização do planejamento governamental. Um é você consultar a população se as emendas devem continuar existindo. Pelo menos as emendas impositivas estão sendo contestadas judicialmente. E o outro é botar em movimento o Orçamento Participativo, que, depois de três anos, parece que agora o governo, o Boulos vai iniciar um processo de Orçamento Participativo, porque o Renato Simões, que era o responsável, deixou tudo pronto, mas a gente não tinha coragem de acionar, porque podia ser contraditório com o Congresso, o governo e tal. Parece que o Boulos agora vai...

Porque se você bota para a população influir sobre orçamento, e nós já tivemos experiências concretas sobre isso, primeiro, você ajuda a esvaziar esse negócio das emendas. Você joga o povo contra os parlamentares. Segundo, você tem o interesse das pessoas pela política. Você fala: “Pô, eu vou influir”. As pessoas entendem que não dá para fazer tudo de uma vez, aprendem a escolher prioridades, aprendem o que é negociação política, o Orçamento Participativo poder depois ser votado pelos parlamentares, você dá expressão ao princípio fundamental da Constituinte de 1988, que antes era “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” e mudou para “todo poder emana do povo, que o exerce diretamente ou através de representantes eleitos”.

Quer dizer, esse “diretamente” não é praticado nem no orçamento nem nas emendas... Como é que chama isso? Iniciativa popular legislativa. Porque, até hoje, você tem que coletar assinaturas manuais para ter um projeto de iniciativa popular. Quando consegue as assinaturas, que é uma dificuldade, vai para o parlamento e não tem rito especial, entra na vala comum, então não dá em nada, e você não exercita nem referendo nem plebiscito. Aliás, na PEC da Segurança, o Mendonça Filho, que é de direita, introduziu um item que diz reduzir a maioria penal para 16 anos e

isso seria objeto depois de referendo, se aprovado. Então eles usam isso a favor deles, e nós não usamos.

Todas essas questões integram como é que o PT deve se organizar. No varejo, o que posso dizer é o seguinte:

MANDATOS

Primeiro, refazer aquilo que foi anulado, antiestatutariamente, que foi a reeleição perpétua dos dirigentes e parlamentares. Você tinha uma cláusula que dizia cláusula estatutária, e o estatuto só pode mudar em congresso partidário. Dizia assim: ninguém pode ter mais que três mandatos consecutivos no mesmo nível”. Isso zerou, e, nessa última eleição, era o prazo em que algumas pessoas, que começavam do zero, iam conseguir seu terceiro mandato consecutivo e tinham que passar para outra coisa, ou deputado federal virar estadual, ou vice-versa, ser vereador, ser governador. E dirigente partidário não mais que dois mandatos.

Isso foi revogado numa penada, numa reunião do diretório, com o argumento de que você não renova amputando mandatos, você renova colocando jovens, mulheres, negros e tal. E aí vem a minha pergunta: que jovem vai disputar com alguém que tem quatro, cinco, dois ou um mandato, que tem gabinete, emenda parlamentar, fundo partidário e tal, quais as condições de disputa? Isso é uma coisa elementar, restabelecer isso, dizendo que está em vigor, para que já na próxima eleição muita gente tenha que sair, partir para outra.

ELIMINAR ESPELHAMENTO

A segunda coisa é a duplicidade, o espelhamento dos órgãos de formação política. Você tem formação com a Secretaria de Formação Política no PT e a Fundação [Perseu Abramo], que faz formação política também. Na verdade, acho que o PT deveria ter na fundação um anexo. Olha, eu preciso de uma pesquisa da fundação, eu preciso não sei o quê. Ela fornecer serviços para o PT.

Isso faz com que você possa reduzir a estrutura da fundação, que hoje tem um monte de gente lá, não entro no mérito de quem está lá, não estou criticando ninguém individualmente, mas é uma estrutura gigantesca que acolhe parte das representações tendenciais e muita coisa espelha o Partido.

O Partido pode requisitar, por exemplo, que a fundação organize um curso X sobre realidade brasileira, por exemplo. Dá alguns parâmetros e [a fundação] fornece o serviço. Tem uma campanha do PT de formação política, eu sei que tem conexões ali, mas, na verdade, são dois caminhos diferentes. Sem contar que tem formação de gente do PT na Florestan Fernandes, do MST, tinha na igreja, tem um monte de coisa que podia ser unificada.

FIM DO PED

Teria que restabelecer a obrigatoriedade da contribuição partidária para participar das decisões, das eleições do PT. O fim do PED como elemento de renovação das direções. Aliás, isso é outra coisa que também está parada no tempo, porque já teve decisão de que haveria um plebiscito para ver o quê que poria no lugar do PED, e o PED virou uma coisa de corrupção. Tivemos compra de votos no último processo, tivemos fraude eleitoral, mortos votando, enfim.

[Deveríamos ter] pelo menos aquilo que já tivemos no PT. Você elege nos diretórios de base, já que não tem núcleo mais, e vai subindo através de representantes. É um processo de eleição indireta, na verdade, mais participativo, resulta de debate político, e não significa que eleição direta, em que todo mundo em tese vota, seja mais democrático. Ao contrário, é menos democrático por esses vícios todos que acarreta e pelo fato de você ter gente que é levada de carro, filiação em massa, todos esses vícios que a gente conhece. Pode ser esse método ou outro que venha a se discutir, e o objetivo do plebiscito é inclusive esse, de fazer uma consulta sobre que tipo de método eleitoral você escolhe.

Hoje, nosso mandato de quatro anos já é uma réplica, uma reprodução do modelo eleitoral parlamentar dentro do PT. Só falta coincidir a eleição no PT com a eleição dos parlamentares. Eu não falei nada disso nas respostas [à pesquisa do Valter Pomar], porque não dava tempo, são coisas curtas.

APROVEITAR AFINIDADES

[Na pesquisa,] eu falo também dos princípios de companheirismo, solidariedade, transparência. Por exemplo, na organização dos núcleos, tinha até núcleos por afinidade, ou núcleos por categoria, que é mais fácil. Por exemplo, nós somos jornalistas. A gente podia ter um núcleo de jornalistas. O Manifesto Petista, que nós integramos, nós tínhamos ali uma afinidade política, que era participar daquelas discussões. Nunca ninguém perguntou de que tendência cada um de nós éramos. Nem se a gente ia apoiar esse ou aquele candidato ou candidata. Mas a gente tinha um certo nível de companheirismo e confiança que me levou, por exemplo, a estar falando com você com toda a tranquilidade aqui, sabendo que não haverá mau uso. Por essa afinidade que a gente criou ao longo do tempo, sendo até um tempo curto, e essas coisas não se dão por cláusulas estatutárias, é viabilizando determinados ambientes de discussão, e que os debates políticos não transcendam o nível das ideias e não se apliquem no plano pessoal.

CRÍTICA E AUTOCRÍTICA

O exercício da crítica e da autocrítica como formas de exercício da militância política. Hoje, você criticar o Lula, por exemplo, é quase um ato de traição partidária. Então, nessas questões, você abre o caminho para que os corações possam se expressar também, sem risco... Vou te dar um exemplo. Eu votei contra o pacote de corte de gastos que o nosso governo apresentou. Eu e mais alguns. É um direito meu. Até porque o Partido não tinha se posicionado, a bancada não tinha se posicionado. Então, eu me vi no direito

de comunicar ao líder da bancada, ao líder do Partido e à presidenta do Partido, à época, que eu votaria contra aquele projeto. [Falaram] que eu dei mau exemplo para o Partido. Você [tem que] poder dizer o que você pensa e criticar e tal. Então, essas questões, enquanto você tem esse clima de constrangimento, é muito difícil você ter companheirismo, solidariedade e tal. Você se fecha e vai cuidar da vida.

COMISSÃO DE ÉTICA EFETIVA

O funcionamento efetivo das comissões de ética que só estão no papel. Hoje, basta dizer que tem dois ou três pedidos de Comissão de Ética para o [Washington] Quaquá, só para citar um deles. E um até feito pela Anielle Franco, que é ministra nossa. Não é que a Comissão de Ética não foi instalada. Vai para o Diretório, para a Executiva e é assim: vamos votar se vota ou não esse tema, que é uma maneira indireta de as pessoas não se manifestarem se são a favor ou contra instalar comissão para aquele tema. E instalar Comissão de Ética não é nem condenar, é instalar uma comissão para averiguar fatos ou a existência de fatos antirregimentais ou antipartidários.

TENDÊNCIAS

E a outra coisa também é rever o estatuto das tendências partidárias. Porque hoje você tem uma tendência em que funciona como partido dentro do Partido, com decisões próprias, com finança própria e tal. E que isso se reflete inclusive, agora, já, na destinação de recursos públicos indiretamente para campanhas eleitorais do PT. Que eu saiba, por enquanto, só do PT. Favorecimento de determinadas candidaturas de um mesmo campo político através de repasse de recursos financeiros públicos. Não me refiro nem a emenda, é liberação de recursos mesmo, diretamente, para determinadas regiões. E que nominaria inclusive candidatos ou pré-candidatos que teriam viabilizado esse tipo de recurso.

REDUÇÃO

Por que tantas pessoas deixaram o PT? Pessoas importantes. E também por que nós, com tantas prefeituras que já tivemos, estamos reduzidos hoje quase à insignificância? Isso aí tem reflexos na linha política, tem reflexo da linha política e das formas de organização também. Porque a gente não criou mecanismos de assistência política, seja para os diretórios, acabou a figura do assistente político, que era uma coisa que deveria existir.

E assistência política também para as nossas administrações: advogados, economistas, que pudessem, numa pequena cidade, por exemplo, um pequeno grupo que se elegeu, que não conhece nem o que é um processo licitatório, e a Fundação [Perseu Abramo] podia cumprir esse papel. Tem recursos, tem 20% do Fundo Partidário para cuidar de coisas assim, ter uma equipe que pudesse viajar, pudesse produzir. Então essas questões também dizem respeito à organização partidária.

No ABC [onde já fomos governo em cinco cidades], por exemplo, nós ficamos reduzidos a Mauá, e temos uma cidade [no estado de São Paulo] uma cidade que ganhamos por WO [Santa Lúcia], que só tinha um candidato; uma outra cidade pequena [Lucianópolis] e Matão. A cidade de maior expressão é Mauá. Nós tínhamos Araraquara, que é do nosso presidente [do Partido], que perdeu a eleição indicando a sucessora, que foi apontada por ter feito um bom trabalho na pandemia. Tivemos muitos recursos para a cidade, recursos do governo Lula, muita mudança através dos recursos do governo Lula, e perdemos a eleição. Até hoje eu não entendi por quê.

DISPUTA DE IDEIAS

É um pouco aquilo que o Lula falou no Encontro Nacional, perguntando por que, com tanta coisa que fizemos a mais em relação ao Bolsonaro, e por que o Bolsonaro tinha tanto seguidor. Ele mesmo respondeu, falou assim: “É porque o Bolsonaro faz disputa

política o tempo todo”. Coisa que nós não fizemos em boa parte das nossas administrações. Quer dizer, não basta fazer entrega, é preciso disputar ideias também. Aliás, uma boa lembrança do manifesto de fundação dessa resolução do 5º Encontro é que nós temos que fazer com que nossas ideias sejam majoritárias na sociedade. Isso requer disputa cultural, disputa de ideias, comunicação permanente e presença nos territórios. Quando eu falei que a gente tinha que seguir o exemplo das igrejas evangélicas, instalando um núcleo em cada [lugar], eu estava retomando o que nós já fizemos durante muito tempo, que era fazer política no cotidiano, não só nas eleições, a cada dois anos.

Humberto Costa

Presidente do PT de 20 de março a 2 de agosto de 2025

MAIS TEMPO PARA O DEBATE

O tema da alteração do estatuto ou do regimento do Partido é muito importante e deveria ser objeto de um debate mais profundo e com bem mais tempo para ser realizado. A própria coincidência do debate com um ano de eleições gerais — possivelmente as mais importantes dos últimos tempos — deverá nos obrigar a refazer essa discussão muito em breve.

Precisaríamos fazer um extenso balanço junto às bases do PT de sobre como as atuais regras têm funcionado e, a partir daí, poderemos pensar em mudanças profundas que nos façam avançar na construção de um partido cada vez mais democrático e participativo. Creio que o tempo de que dispomos no momento não seja suficiente para essa tarefa.

Mas, na medida em que a Direção Nacional aprovou a proposta de incluir esse ponto de pauta no Congresso que se realizará em abril, cabe-nos enfrentá-la da melhor maneira possível.

CRITÉRIOS PARA FILIAÇÃO

O PT é um partido de massas, mas é também um partido de militância e precisa aprofundar essas características. Devemos perseguir o objetivo de que essas duas coisas estejam cada vez mais fundidas em uma só. A cada simpatizante que se filia ao PT, devemos dar as condições para que se torne um ativo participante da vida partidária, conhecendo as nossas posições político-ideológicas, acessando os espaços para a participação nas decisões do

PT e contribuindo materialmente com a sustentação financeira do Partido.

Esse processo deve se iniciar na própria filiação, que deve obedecer a critérios objetivos que deem ao filiando a plena consciência do alcance do seu ato. Hoje, têm se multiplicado exemplos de filiações em massa, muitas vezes organizadas por setores de mandatos parlamentares, prefeituras e governos do PT e até mesmo por atores políticos externos ao Partido desejosos de influenciar nossas decisões políticas.

Mesmo reconhecendo que essa prática se disseminou no Partido, é necessário reconhecer que ela tem promovido um crescimento artificial da legenda que não se expressa nas disputas eleitorais nem nas lutas e mobilizações sociais que o Partido abraça. Não tenho uma resposta para esse problema, mas entendo que passa pela adoção de critérios mais rígidos de filiação e um por um processo de formação permanente dos seus membros. A adoção de prazos mais largos entre a filiação e o período de renovação das direções ou de definição de candidaturas nas eleições.

Essas propostas não representam grande novidade e já foram cogitadas (algumas até implementadas) em outros momentos, mas, sem desconsiderar a nossa capacidade criativa que pode fazer surgir ideias originais, podemos repensá-las.

PED

Outra questão que está muito ligada à anterior é o próprio processo de escolha das direções partidárias. Temos visto em vários momentos o peso das estruturas de mandatos parlamentares, de prefeituras e governos estaduais influenciando fortemente o desenho final das disputas internas com práticas fisiológicas contra as quais nosso partido se insurgiu desde a sua formação. Some-se a isso, agora, o uso das emendas parlamentares como moeda de troca pelo apoio a chapas e candidatos, o que representa um caminho

extremamente perigoso para um partido como o nosso. Trata-se aqui de eliminar essa prática no seu nascedouro.

Outro grave problema é a interferência externa de políticos, partidos e governos não petistas. Por vezes interessados em estabelecer controles sobre o Partido, por outras buscando se beneficiar de decisões pontuais do PT, esses atores políticos ajudam a distorcer a manifestação do desejo real da nossa militância.

É necessário estabelecer regras para a realização dos PEDs que sejam objetivas, perenes e incontestáveis. Isso passa pela adoção de meios de votação que sejam uniformes, que usem tecnologia avançada e que o processo de fiscalização seja materialmente viabilizado pelo próprio Partido.

As fraudes — que têm se tornado recorrentes nessas disputas — precisam ser combatidas incansavelmente e seus executores enquadrados nos artigos de nossos regimento e estatuto. O PT não pode conviver com fraudadores e esses devem ser excluídos da vida partidária. As dúvidas e contestações sobre os processos devem estar restritos à mediação e resolução pelos órgãos internos, jamais se aceitando recursos ao Poder Judiciário, sendo que seus respectivos autores devem ser exemplarmente punidos, inclusive com a expulsão.

Entendo que precisamos também analisar os espaços de militância. A retomada dos núcleos parece ser uma iniciativa importante para estimular a militância dos filiados, porém a exigência de participação em núcleo não deve ser condição para a filiação.

SETORIAIS

A criação dos setoriais e secretarias buscou, entre outros objetivos, elaborar políticas de intervenção do Partido junto aos movimentos sociais, aproximá-lo da sociedade, construir políticas públicas para nossos governos, orientações para o nosso trabalho parlamentar e criação de espaços de militância partidária. Alguns dos setoriais têm conseguido cumprir a contento essas tarefas, ou-

tros nem tanto. Em alguns casos, transformaram-se em espaços de disputas políticas entre correntes partidárias ou estruturas onde o processo de burocratização partidária é muito evidente. É preciso repensar o funcionamento desses órgãos.

É importante discutir os critérios de distribuição dos recursos tanto do fundo partidário quanto do fundo eleitoral para os setoriais, de modo que possamos garantir a representação interna adequada de todos esses setores, bem como na participação nas diversas disputas eleitorais. Porém, no processo de aplicação das cotas internas, aquelas que utilizamos para além das cotas legais (mulheres e igualdade racial), precisamos sempre destacar o critério da viabilidade política e eleitoral dos candidatos porque, em última instância, o interesse do Partido é ampliar as suas representações e a aplicação dos recursos deve atender ao critério da efetividade. A distribuição desses recursos não pode atender a interesses de tendências ou correntes internas.

TENDÊNCIAS

Uma última questão que quero abordar diz respeito à existência, ao funcionamento e à representatividade das tendências no Partido. Elas foram e são fundamentais para a materialização institucional da diversidade e da pluralidade política do PT. No entanto, quando elas se transformam em espaço político único para a participação dos militantes nas instâncias ou quando o funcionamento partidário se subordina à sua lógica, deixam de cumprir seu importante papel. O simples ato de manifestação de opinião política individual em reuniões de instâncias hoje exige o pertencimento a uma corrente. Cada corrente ou chapa eleita no PED anterior tem o direito de apresentar propostas, de defendê-las e, muitas vezes, o fazem apenas para efeito da disputa política ou para marcar posições. Em seguida, abdicam de suas teses para apoiar as de outra corrente. Ou seja, aposta-se na fragmentação e

não na busca da aglutinação, tornando moroso o processo de decisão e igualando forças de tamanho significativamente diferentes.

Defendo, por exemplo, uma espécie de cláusula de barreira, uma representatividade mínima para que uma chapa possa se fazer presente na direção do Partido.

Olívio Dutra

Fundador e presidente do PT de 17 de fevereiro a 11 de dezembro de 1988

ORIGEM E FUTURO

É um tema fundamental. Ele mexe, inclusive, com as estruturas fundantes do Partido. O Partido dos Trabalhadores não surgiu, digamos, dos parlamentos municipais, estaduais, federais. Surgiu por dentro de um amplo movimento do povo brasileiro, da classe trabalhadora, de distintas funções, atividades no país, campo, cidade, centro, vila, bairros, favelas, enfim. E isso ele foi perdendo.

Então esse Congresso tem que tratar de recuperar, não voltando para o passado, evidentemente. Mas o Partido não pode continuar sendo dependente das estruturas parlamentares, em nenhum nível. Então isso tem que ser tratado.

O Partido também não pode naturalizar as emendas parlamentares. Isso é um desrespeito à estrutura federativa do país ou ao uso dos recursos públicos. Uma espécie de privatização do orçamento público, que inclusive se estendeu agora até às câmaras de vereadores.

RENOVAÇÃO E DEMOCRACIA

O Partido também não pode estar dependendo do mandato desse ou daquele parlamentar para existir num município. As bancadas têm que ser renovadas, evidentemente, ampliar a representação do Partido, mas de forma consciente, que nós não elejamos pessoas que não têm a consciência de que um partido como o PT não pode fazer a política tradicional de negócios com o mandato, com os cargos. O Partido, evidentemente, tem que saber que os movimentos sociais, populares, de toda ordem, eles não podem ser

propriedade partidária de ninguém. Então, para ser participante, não precisa ser dirigente dos movimentos. Precisa instigar sua base a militar nas atividades dessas diferentes entidades sociais, e não para estar lá se preparando para ser candidato. Mas é porque têm consciência de classe que as entidades populares, sociais, comunitárias, dos trabalhadores, enfim, campos, cidades, são fundamentais para a democracia ser renovada de baixo para cima.

O Partido tem que tratar dessa questão: a democracia não é uma obra fechada, pronta, é uma obra aberta, que precisa estar se aperfeiçoando permanentemente, não de cima para baixo, arbitrariamente, com tentativas de golpe daqui e dali. Ela tem que ser permanentemente renovada com a participação da cidadania brasileira. Então, de baixo para cima, os movimentos sociais populares, a escola pública de qualidade em todos os níveis, a ciência e a tecnologia aplicada não em benefício do capital, da redução da mão de obra, do aumento do lucro, e não é o bitolamento das pessoas, do ser humano, como se fosse uma peça de uma engrenagem.

Tudo isso são temas que eu penso que o Congresso deve tratar.

O VALOR DAS CORRENTES

As correntes internas do Partido são importantes, isso é do DNA do Partido, mas elas, com o tempo, foram se transformando em comitês de deputados, de vereadores, de senadores, de integrantes de governos em diferentes funções, de gabinetes, enfim. Então é preciso dar para as correntes internas um valor que elas já tiveram, de ter temas para discutir, não como uma redoma especial dentro do Partido, que os temas discutidos pelas correntes alimentem, fecundem o Partido, as instâncias partidárias. Uma posição de uma corrente que não passou pelas instâncias partidárias não é uma posição do Partido, construída, coletiva, e necessariamente, uma visão que passa a ser do Partido e não dessa daquela corrente ou dessa daquela pessoa, porque tem esse ou aquele cargo na estrutura partidária ou fora dele.

FIM DA FILIAÇÃO EM MASSA

É muito importante essa política de acabar com a filiação em massa, filiação que ocorre quando tem eleições internas para disputar cargos nas direções partidárias, ou filiação quando tem as eleições gerais para as pessoas se tornarem, depois, cabos eleitorais dos futuros eleitos.

Esses são temas importantíssimos que o Partido tem, no meu entendimento, condições, experiências [para debater]. Os movimentos sociais e populares têm uma inquietação muito grande a respeito dessa retomada do Partido, seu fortalecimento, a sua simbologia. É muito importante que o Congresso trate dessas coisas com profundidade, diga as coisas que precisam ser ditas e não passem por cima desses problemas como se, tratando deles, estivesse alimentando a direita.

Nós erramos quando se tratou da corrupção lá atrás, porque se dizia no Partido: ‘Não, corrupção é um tema da direita’. Não, não é, não. No Estado democrático, de direito, republicano, a coisa pública tem controle público e não controle privado, pessoal, particular de ninguém. E a corrupção é uma apropriação privada da coisa pública, dos espaços públicos, do dinheiro público. Então corrupção, para nós, não pode, de forma alguma, ser naturalizada ou balizada por corruptos que possam estar surgindo, inclusive, e ingressando a quadros partidários de todos os níveis.

PARTIDO APRENDIZ

Eu penso que o Partido tem que, em todos os níveis, tem que ter cursos permanentes, onde o Partido não é só o professor, o Partido é também o aprendiz, aquela visão do Paulo Freire: o educador é também educando.

Então não tem que ter fórmulas prontas para ir lá achar que os futuros filiados são copos vazios que aquelas fórmulas prontas vão preencher, mas tem que ter uma política de fazer encontros, reuniões, estimular as pessoas à construção solidária, coletiva, das

coisas ligadas aos temas da vida, do cotidiano das pessoas, no seu trabalho, na sua residência, na escola, nas atividades culturais. É preciso ter, sim, essa coisa de forma contínua, não episódica. O filiado tem que passar por esses processos e tem que mostrar na militância que tem relações sérias com um projeto coletivo e não pessoal particular de carreira política.

AUTOFINANCIAMENTO

As finanças partidárias, do jeito que estão, o Partido, se perde uma eleição numa cidadezinha pequena que tinha um, dois vereadores, ele desaparece, é porque ele dependia da contribuição daquele vereador, dos seus assessores. Ora, não pode ser assim, nós temos que ter uma contribuição regular de todo o filiado. Evidentemente que isso tem que estar ligado às possibilidades de cada um, o seu ganho, o seu emprego, as suas condições, enfim. Mas ninguém, nenhum filiado pode estar liberado [de contribuir] para a política de financiamento do seu partido, do nosso partido.

Se não for assim, o Partido é de quem tem mais dinheiro, do que tem cargo lá, enfim. E uma eventual derrota, porque eleição você perde, você ganha, e às vezes o pessoal prefere um empate com forças adversárias, onde o PT é anulado. Tem muitas situações em que: “Ah, não, nós fizemos um conjunto lá, as forças entenderam que o PT pode participar”. Mas nunca o PT na cabeça, nunca o PT em cargos importantes. Mas o PT está dentro de governos onde ele não exerce influência alguma. Não dá para ser assim. Tem que tratar de uma política de finanças em que não é chamar: “Coloca isso em dia porque vai ter eleição no Partido”. E aí os que já têm dinheiro, já têm cargos correm atrás das listas dos filiados para ver quem é que [está inadimplente]. E vão com dinheiro na mão dizer: “A gente paga lá e vocês vão votar”. Isso é uma corrupção, é uma visão totalmente distorcida que não podia estar, digamos, contaminando o DNA do Partido.

Então tem que ter, sim, uma política de finanças que não é essa [atual], que o Partido está cada vez mais dependente dos cargos eletivos e dos cargos, não é, que um vereador agrega porque convinda parente, porque convida fulano para participar do gabinete. E é aquilo que sustenta a vida do Partido naquela localidade, naquele bairro. Uma distorção completa. Então não dá, tem que ter, sim, uma nova forma de autofinanciamento partidário. Não exclusivamente através de cargos eletivos ou cargos de gabinetes.

Cada filiado tem que ter uma contribuição, e não é uma contribuição “de seis em seis meses eu pago”. Os compromissos partidários são diários, mensais. Então as contribuições têm que ser regulares. E não é uma situação assim a valer para todo mundo. Porque tem situações diferentes no Partido, de ganho, de vida, de existência, enfim, essas coisas. Mas o que importa é a consciência de que o Partido é de todos e não de alguns. Portanto, todos são os que financiam o Partido segundo as suas condições. E isso tem que ser bem tratado. E não deixar se repetir o que vem acontecendo.

A DISPUTA CULTURAL

A área cultural é uma área importantíssima e está sempre em disputa. Não é ter uma diferença da cultura da elite, a cultura popular, a cultura da classe média, a cultura do interior, a cultura do agro, a cultura urbana. Não, a cultura é um *cadinho* de desafios, de atitudes, e que representa a identidade, essa pluralidade tem muito a ver com a identidade nossa, do povo brasileiro. Então nós temos que trabalhar a questão da cultura, não para direcionar a cultura. Não é um partido que define como é que o livro deve ser escrito, como é que a música deve ser tratada. Mas estimular a criatividade e a diversidade, e os espaços públicos de apresentação das culturas nas suas mais diferentes atividades sejam abertos à participação mais ampla, cada vez mais ampla do povo brasileiro.

José Dirceu

Presidente do PT de 29 de outubro de 1995 a 7 de dezembro de 2002

POLÍTICA DE AUTOFINANCIAMENTO

Nunca pensei muito nisso ultimamente. Pensei muito nisso no passado. Mas a primeira questão que nós temos aqui: tenho muito temor dessa dependência do PT ao fundo partidário e ao fundo eleitoral. Porque o dia que eles perceberem que nós podemos fazer 180 deputados, 25 senadores, eles acabam com o fundo partidário e com o fundo eleitoral. Aliás, já existe um movimento forte, com parte do Supremo [Tribunal Federal] favorável, a restabelecer a doação das pessoas jurídicas. Então acho que essa questão de o PT ter uma política de autofinanciamento, não só com os cargos comissionados, que a direita foi colocando obstáculo também, quando percebeu que era uma base importante para nós, mas também, ou só, pela doação de parlamentares. Nós temos que fazer uma cultura, criar uma educação que os filiados contribuam com o Partido. Se você pensar em um milhão de filiados contribuindo com 100 reais, são 100 milhões de reais. Essa é uma questão que eu considero muito importante. A coisa que mais me preocupa é a independência financeira do Partido. É uma coisa para médio prazo, mas precisa começar.

SEDES MUNICIPAIS

A segunda questão: o Partido está muito dependente. Vamos considerar que o PT foi reprimido de [20]13 a [20]19. Depois, teve o esforço para libertar o Lula, pandemia e eleições. Então nós tivemos uma desorganização dos diretórios municipais, uma des-

constituição muito grande. Então uma política de reconstrução dos diretórios municipais tem que ser planejada.

Primeiro, o PT tem que ter planejamento e controle de execução. Mais transparência no orçamento para isso inclusive, para dedicar mais recursos. O Partido tem que ter sede. Nós temos que fazer um programa de recriar as sedes do PT. Primeiro, nas capitais, depois, nas cidades de mais de 200 mil habitantes, depois, [nas] de mais de 100 mil. Isso já é 70% do eleitorado.

É como aqui em São Paulo. Se você pensar que a Grande São Paulo, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão [Preto] e Campinas, certo, é quase 70% da população. Precisa ter uma estratégia. Partido sem sede é muito difícil. Você vê que a direita começou a abrir Casas da Direita, com esse nome mesmo, e Casa da Mulher. Então acho que nós temos que fazer um esforço para ter um planejamento no Partido de reabertura de sedes.

PODER ECONÔMICO INTERNO

Nós estamos enfrentando um problema que é o poder econômico já dentro do PT, de parlamentar ou de prefeitos e governadores. Os governadores nem tanto, mas nós estamos assistindo, e agora na disputa do Diretório Nacional no PED e na disputa setorial, como a influência do dinheiro e das filiações estão pesando no Partido. Pode ter um caso que uma cidade tenha mais filiado votando do que 100 cidades. O que evidentemente não é natural. Por mais que em cidades que você tem 800 filiados você não consegue reunir 10 pessoas na cidade.

O PT precisa tornar obrigatório que para filiar a pessoa tem que entrar no sistema, não é só no sistema de pagamento que o PT tem, o SACE. Tem que entrar no Whatsapp. Porque, se o Partido tivesse 3 milhões de filiados no Whatsapp, o poder do Partido de mobilização, o poder do Partido de informação...

Nós não podemos atribuir ao filiado o problema. O filiado que vai votar porque está ligado ao deputado ou vai votar porque pa-

gam ou oferecem transporte para ele votar não é culpado. Culpado somos nós que não fazemos uma política de informação e formação dos filiados. Porque, se tivesse essa política mesmo que alguém usasse o poder econômico, ele não teria números suficientes para contrabalançar a participação consciente da maioria dos filiados. Então essa questão das filiações tem que ser discutida também.

É muito difícil isso, porque houve um momento que a gente discutiu que só poderia votar no PT para eleger delegados e para decidir política quem tivesse presente na reunião. Mas isso é um partido de vanguarda. Isso não é um partido de massa. A não ser que o Brasil fosse um país altamente politizado, tivesse uma democracia consolidada. A democracia começou em 88, com a Constituição. De [19]82 a [19]86, para você ter uma ideia, eu andava armado ainda. Porque, como eu tinha voltado à clandestinidade, como eu tinha participado da luta armada, como eu tinha sido condenado à morte na luta armada, como tinha atentado em banca de jornal, atentado na OAB, ameaça de golpe, tudo isso, eu tinha passaporte, ponto, rota para sair do Brasil, andava com arma no corpo e arma embutida no carro.

Porque não foi um desenvolvimento natural a democracia brasileira. E, agora mesmo, nós sofremos uma tentativa de golpe, repressão bolsonarista, repressão da Lava Jato, nós temos que considerar tudo isso. Eu acredito que tem que estabelecer critérios. O que está acontecendo? É contraditório, porque, ao mesmo tempo que há uma filiação em massa, em alguns lugares, você vai e há uma participação em massa também. Eu já fui em cidade que, em 48 horas, tinha 500 pessoas numa plenária, que o próprio convocante não foi, porque teve problemas. Então tem uma base social, tem força, entendeu?

Porque, por exemplo, os deputados filiam na campanha eleitoral, mas isso é correto, as pessoas estão apoiando o deputado, estão fazendo campanha eleitoral, tem que se filiar o PT, entendeu? O número de filiações é assim, na campanha eleitoral e no PED,

depois cai muito. Talvez o mais importante seja isso que eu falei: você ter a relação de todos os filiados e acesso a todos os filiados. E, depois, você tem alguma fiscalização, porque se você não tem fiscalização, e o que está acontecendo na verdade? A Comissão Executiva Nacional, as comissões de ética, elas não apuram por pressão política, por conluio político. Então não é que não tem instrumentos para apurar, podia ter impugnado muitas dessas, mas não impugnou.

TENDÊNCIAS

E outra coisa que está acontecendo grave no PT: precisa rever o estatuto de tendência, porque uma tendência pode tirar a pessoa do Diretório Nacional, [sendo que] só pode tirar a pessoa do Diretório Nacional a morte ou a renúncia, certo? É só isso. Não tem outro meio, porque, se ele foi eleito pelos filiados para o Diretório Nacional, como é que a tendência pode trocar o nome dele por alguém que é suplente? Quer dizer, as tendências começaram a virar partidos. Não vou nem falar das tendências que tem jornal, tem posição política em duas horas sobre um fato grave que acontece nas redes, expulsa a gente da tendência.

RECADASTRAMENTO

Então acho que tem que revisar essa questão das filiações, o estatuto de tendência, e o Partido tem que gastar recursos com o cadastramento de todos os filiados, porque vai eliminar os 20% de filiados, certo? E vai ter acesso, todo mundo vai ter acesso aos filiados, entendeu?

E precisa que os órgãos de controle, que são as comissões de ética, precisam funcionar. Se você pegou um caso que estava comprando voto, as pessoas distribuindo dinheiro, como houve caso, e não se faz nada, fica inócuo. Então não adianta estatuto, não adianta se começa a haver um conluio entre facções da direção, facções é uma palavra perigosa agora, entre grupos, tendências da

direção, para uma proteger a outra de não ter fiscalização e depois não ter punição também. Mas essa questão do cadastro de filiados, da autossustentação do partido, das sedes são muito importantes.

RESOLUÇÕES

E é preciso estabelecer, por exemplo, nós estamos fazendo agora, talvez a gente tenha que criar uma sistemática que qualquer resolução de congresso tem que começar nos diretórios municipais, a discussão e a resolução. Alguns partidos comunistas faziam, depois, no diretório estadual, só depois passando no nacional. Por exemplo, agora, foram montadas comissões, que você está acompanhando, estatuto, que o Valter [Pomar] está dirigindo muito bem, eu tenho acompanhado, o programa do PT, a didática eleitoral e conjuntura para o congresso. Mas depois nós vamos mandar para os diretórios municipais? Não. Eles vão discutir, debater, aprovar, e vai para os regionais depois discutir, aprovar e vai para o nacional? Não. Então nós não fazemos um processo.

DE BAIXO PARA CIMA

Por exemplo: estatuto. Como é que nós vamos aprovar esse estatuto agora, em abril? Quem discutiu esse estatuto? Seiscentos delegados? Não pode. Se você quer fazer um estatuto que depois tenha validade, você tem que fazer um processo de baixo para cima. Talvez discutir que é obrigatório, no PT, o processo de discussão que começa nos diretórios municipais, regionais e nacional. Porque, como está, na verdade, as tendências acabam discutindo e os delegados acabam discutindo. Você não envolve um milhão, não vou pedir os três milhões, mas um milhão de filiados. Na votação, você envolve 400, 500 mil, que já é um sinal ruim, porque os prazos são muito curtos. Porque esse problema de ter eleição cada dois anos é um problema sério no Brasil. É que é que nem o Congresso da UNE. O Congresso da UNE era a cada dois anos o Congresso da UNE. O cara toma posse, daqui seis meses começa

a executar, ele tem um ano e meio. Não, ele tem um ano, porque seis meses antes ele tem que começar de novo na outra campanha. Nós já evitamos isso com um mandato de quatro anos. Três estava bom, mas virou quatro.

DESTAQUES

O que me preocupa mais é a autossustentação do Partido; essa questão da filiação, que seja de fato; esse processo de discussão e deliberação, como é que ele se dá; as sedes, porque eu acho que não há nada mais importante que a igreja, que o campo de futebol, que o clube. Todo lugar você tem um espaço que é para aquilo.

RECONSTRUÇÃO

Essa coisa do PT não ter uma política obrigatória de reconstrução, porque nós temos que reconstruir o PT. O PT era para ser um partido, hoje, de 150 deputados, 20 senadores, sete, oito governadores. Nós começamos a quebrar no segundo governo da Dilma, e não parou. E foi feito de propósito, porque a tendência de crescimento nosso era muito grande. E nós perdemos sete, oito anos da disputa política e cultural também. Agora se fala: “Não, a tendência do país é ser direita”. Claro, a direita passou sete, oito anos, ela já detém os instrumentos de poder. Ela passou sete, oito anos sozinha, atuando sozinha.

Hoje mesmo [22 de janeiro de 2025], tem um artigo da Maria Hermínia Tavares na *Folha* [de S. Paulo], que fala que a esquerda tinha uma ilusão, que o país era progressista. Não, o país é progressista. É só olhar a história do Brasil. A classe trabalhadora votou no PTB, no MDB, depois no PT. Como é que não é progressista? Porque o MDB era muito progressista até 1985, até quando ganhou a maioria na Câmara e no Senado. E, mesmo na Constituinte, a Constituinte foi o que foi porque quase a metade do MDB era de centro-esquerda, não era de centro-direita.

COMISSÃO DE ÉTICA

Porque essa questão da filiação, do jeito que está, tem essa questão do abuso do poder econômico. Mas aí é o que eu falo, é uma questão política. Não basta estar no estatuto, porque, se as comissões de ética tivessem atuado, nós temos gente que já não estaria mais no PT. Ela teria sido expulsa do PT, entendeu? Mas não faz isso. Há um pacto para formar as maiorias para não afetar um ou outro, entendeu? Então, esse é um problema sério.

Outra coisa: tem que ser obrigatória a contribuição do deputado e dos assessores. Eu, inclusive, apoiei uma candidata, depois descobri que o principal apoiador dela não pagava o Partido também. Se eu soubesse, eu não teria apoiado, apesar de que eu achava que ela tinha razão. Porque fizeram isso com ela, não fizeram com outros, entendeu? Então era luta política pura. Se tivesse feito com todo mundo, estava certo. Mas foi mais com ela. Tudo bem. Porque eu não tenho, assim, como eu fiquei fora da estrutura partidária por quase 10 anos, eu voltei mesmo um pouco em [20]24, [20]25, eu não vivi esse período todo.

QUEBRA DE LEGALIDADE

E uma coisa que não pode, por exemplo, é prorrogar mandato. Como é que nós aceitamos aquilo? Apoiar em [20]23 prorrogar os mandatos. Ou deixa de fazer PED sem decidir num plebiscito ou num encontro que não tem mais PED, entendeu? Vai quebrando a legalidade. Meu medo é quebrar a legalidade do Partido. E, ao quebrar a legalidade do Partido, você instaura a lei do mais forte. É como o Trump está fazendo. É o que está virando no PT. Quem tem o controle das finanças ou quem tem uma aliança que forma a maioria passa a ditar regras que não estão no estatuto, que são antirregimentais, são antiestatutárias. É quase que um mandamento que você não pode quebrar a legalidade do Partido. E as comissões de ética têm que funcionar, porque senão nós vamos descambar.

FUNDO PARTIDÁRIO

O PT maneja 2 bilhões a cada quatro anos. Se você colocar os dois fundos eleitorais e os quatro partidários, e mais arrecadação, vai dar entre 1 milhão e 700, 2 bilhões conforme o ano. E aí nós temos que o Partido, essa distribuição de recursos do Partido, os setoriais também estão se transformando no instrumento de disputa política quem controla os setoriais por causa dos recursos e por causa do fundo eleitoral. Então eu não sei como tratar disso.

FORMAÇÃO

E acho muito importante o Partido investir, porque a coisa mais fácil de fazer hoje é a formação política, por causa da educação à distância. Mas tem que haver um investimento pesado nisso. Ou talvez um aumento dos recursos, além da Fundação Perseu Abramo, que pode também fazer a formação, lógico, e deve. O Partido tem que ter uma atenção especial para a formação política, porque... E a disputa na sociedade, na questão cultural, porque se você não forma os militantes, não informa, é muito difícil. E nós temos um patrimônio fantástico, que é um milhão de militantes filiados e um milhão que não são filiados. Toda hora eu encontro gente que não é filiada do PT e que milita no PT.

INSTÂNCIAS

E, depois, o seguinte, as instâncias pararam de funcionar. Tem que ter uma obrigatoriedade de reuniões. Não tem reuniões da bancada com a direção mais. E muitas vezes ficam três cabeças: o governo, a bancada e o Partido. Nós estamos vendo isso toda hora no governo do Lula, nesse quarto governo do Lula. E o Lula não ajuda nisso muito também, porque ele não fez nenhuma reunião com a bancada do PT.

Eu nem sei se os ministros de articulação política se reuniam com a bancada regularmente. Agora, se os ministros vão ao diretório regularmente, tem que estabelecer uma política de obri-

gatoriedade, de funcionamento das três esferas. Duas instâncias, a bancada e a direção, e a esfera do governo. Mais centralismo entre os ministros que estão no governo e orientação partidária. Ao menos consultas, informação. Porque senão o partido vira uma federação de tendências e uma federação de mandatos.

O que está acontecendo? Se as instâncias não funcionam, passam a funcionar as tendências e as bancadas, que têm estrutura, poder e têm base também dentro do Partido e na sociedade. Ainda que o PT não tenha parlamentares assim, que tem uma força própria. Aqui em São Paulo, por exemplo, não tem nenhum federal do PT que tem uma força própria. Suplicy tem uma força própria. Mas a bancada estadual também não tem nenhum. Porque existem lideranças que se sobrepõem ao Partido pela força que têm no eleitorado. O cara que tem 3, 4 milhões de votos num partido, não é o caso do PT, porque nós não temos casos assim. Nossos deputados são deputados com pouco voto de opinião, muito voto organizado, muito voto político-partidário. Que é um problema nosso. Ao contrário do PSOL, que tem parlamentares com muito voto de opinião.

Então eu acho que pela minha precariedade de não ter acompanhado muito, eu acho que precisa dar uma rediscutida no papel das tendências do PT. Porque, se você pegar a regulamentação das tendências, nós estamos fora da regulamentação.

SOCIALISMO

Como eu fui ler as resoluções do 6º congresso e do 5º e 7º encontros para ver essa questão, porque nós estamos agora vivendo um problema grave. Nós vamos discutir estratégia de socialismo em abril de [20]26? Em plena campanha eleitoral acontecendo o que está acontecendo na Nicarágua, na Venezuela, em Cuba, na Coreia do Norte. E mesmo a discussão sobre a China. Eu tirei isso. Eu reafirmei as resoluções do congresso que o PT é um partido socialista e pronto. Mas vai aparecer já, a Maria [Carlotto] já me

falou que a Articulação de Esquerda quer discutir estratégia para o socialismo.

Agora, o PT precisa discutir isso agora? Não. Porque nós estamos numa luta antifascista, anti-imperialista para sobreviver a democracia e uma luta para impedir que a direita ganhe a eleição no Brasil, para sustentar o último pacto que restou que é o social. Porque o político e o nacional eles quebraram. Começou com o Collor, Fernando Henrique, o nacional. O Temer e o Bolsonaro acabaram de desmontar, privatizar. E o pacto político eles deram golpe. Deram golpe em [20]16 e fizeram a [Operação] Lava Jato. Essa é a questão histórica hoje, não é o socialismo. Mas nós vamos discutir sendo que nós já temos resoluções consolidadas sobre isso.

Mas vai ser difícil. Eu até alertei hoje o Edinho [Silva] que a Maria [Carlotto] já me avisou que vai fazer uma proposta, não vai emendar o texto base, vai fazer uma proposta alternativa porque é a discussão de estratégia... É um direito dela, eu não nego. A Maria, que está na Articulação de Esquerda, que é um quadro fantástico. Ela é uma joia. Eu fiz um *podcast* com ela há seis meses. Ela é uma professora, uma militante exemplar.

Eu estou misturando as coisas. É mais uma questão de visão política do que nós devemos fazer agora. Eu acho que a coisa mais importante é fazer as instâncias funcionarem. E uma das maneiras de fazer as instâncias funcionarem é obrigar que toda resolução do PT, lógico, o Diretório Nacional tem autonomia para resoluções, o regional, mas eu digo, toda resolução de congresso, porque essa coisa de encontro e congresso, nós temos que parar com isso. É só um processo, entendeu? Cada quatro anos tem um congresso e tem que eleger os delegados diretamente, eleger as direções diretamente. Mas tem que ser de baixo para cima a discussão.

Você pode construir as resoluções a nível nacional, mas depois tem que ter um tempo e forçar que na base do Partido haja um quórum mínimo de pessoas para participar do processo de discussão e de votação, porque, se você não faz de baixo para cima,

you vai esvaziando. Qual é a razão de ser das instâncias? Porque o que está acontecendo hoje é que não há essa ida e volta. E isso desmobiliza e desorganiza o Partido, além da repressão, além dos problemas políticos, porque do jeito que está...

EXCEÇÃO VIRA REGRA

E, depois, o Diretório Nacional vai sendo substituído pela Executiva também, que, aliás, é a crítica desses últimos anos, de [20]17 até agora, [20]25, a crítica é que, aos poucos, as instâncias foram deixando de funcionar. Tudo bem, no momento da crise, do ataque, da prisão do Lula, da falta total de recurso, é estado de emergência. O problema é a exceção se transformar numa regra.

Acho que a coisa mais perigosa que tem é isso, a falta de sede, a não identificação dos filiados e a relação com os filiados, o não funcionamento das instâncias, o processo de discussão e de tomar decisões, que precisa ser de baixo para cima, entendeu? E essa questão da autonomia financeira do Partido, que eu acho que o Partido precisa avançar. E revisitar a resolução de tendências. Sem nenhum sentido punitivo, de perseguição, mas fazer um debate franco sobre isso. Até porque as tendências estão produzindo muito pouca política, muito pouca capacidade de produção.

E, sinceramente, muitas vezes tem documentos do PT que você não consegue passar do terceiro parágrafo, entendeu? Um partido, ele toma uma resolução, ela vale para um período de seis meses, um ano, um ano e meio, depois é mais ação política, entendeu? Toda reunião você repete, você tem que fazer uma resolução política sobre o que aconteceu naquele momento, e não retomar tudo. E nós estamos caindo num vício um pouco, um ecletismo político.

Agora, por exemplo, o que mudou na conjuntura foi a invasão da Venezuela, não é pouca coisa, entendeu? E a autodeclaração do neocolonialismo, do neoimperialismo. Mudou? Não, não mudou, não é? Só se expressou algo que nós já tínhamos identificado, porque, se você lembrar dos meus artigos, das minhas falas seis meses

atrás, eu dizia: “Nós estamos nos iludindo, o principal problema nosso vai ser o Trump”. Falei, inclusive escrevi em artigo na imprensa, na *Folha*, n’*O Globo*. “O Brasil e a elite brasileira precisam se preparar porque o país mais importante que existe na América Latina e um dos mais importantes do mundo é o Brasil”.

E o Brasil vai ser o foco, certo? Porque o nosso país não tem comparação com nenhum outro país. Mesmo que os países desenvolvidos a riqueza que nós temos, entendeu? E é disso que se trata no mundo. E, a hora que a crise vier mesmo, vai contar quem tiver comida, energia, minerais e tecnologia. O resto tudo é papel. E o Brasil tem, entendeu? A crise pode ser a maior crise que tiver no mundo, nós sobrevivemos. Agora, 80% dos países não sobrevivem. Ou não têm comida, ou não têm energia, ou não têm base de tecnologia industrial nenhuma. E nem têm mercado interno de tamanho, nem de riqueza e território para isso. É um pouco isso.

GIRO DIGITAL

E essa questão da filiação do filiado, você tem que ter o filiado e conversar com ele. Tem que fazer isso. Vai gastar 1 milhão de reais? Hoje tem empresas que fazem isso. Eu fiz um orçamento aqui para São Paulo, 500 mil reais. Ele identifica todos os filiados com o WhatsApp para nós. Vai ter um desperdício de 20 mil aí, 30%, vamos supor. Mas depois nós vamos poder falar com esses filiados porque se nós não giramos para o digital... Aliás, até a indústria, não é? Se nós não giramos para o digital, fica muito difícil. O Partido tem que girar.

E essa questão da formação política. Eu acho que se nós não temos uma coisa constante de discussão, debate, de baixo para cima. O que forma o militante? É o curso de formação? É. É a leitura? É. É a educação? É. Mas é também a participação na discussão, no debate político. É o que mais engaja ele. Por que que nós reclamamos depois que não tem mobilização? As pessoas vão ser só chamadas para a eleição?

Edinho Silva

Presidente do PT desde 3 de agosto de 2025

O PT FRENTE A PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES

Olha, eu penso que o 8º Congresso se impõe como uma necessidade diante dos desafios que estão colocados para o PT. Nós estamos vivendo um processo de profundas transformações do ponto de vista de organização da economia mundial, também de profundas transformações no que diz respeito ao modelo de organização da produção, ou seja, não só o avanço tecnológico que nós conhecíamos no início do século 21, mas a forma como isso se intensifica com a popularização da internet, a internet usada como instrumento de organização da prestação de serviços, a internet sendo utilizada como instrumento de geração de riqueza, de novas formas de organização do trabalho. E, claro, o desafio colocado pela frente que é o desafio do impacto da inteligência artificial.

Então nós vamos viver, portanto, um avanço ainda maior da transformação dos meios de produção por consequência da transformação do mundo do trabalho, da extinção de muitas profissões, surgimento de outras, portanto, de uma nova configuração da classe trabalhadora. E um partido que se dispõe a ser o partido da classe trabalhadora, instrumento da classe trabalhadora, esse partido tem que fazer uma reflexão sobre esse momento, esse momento histórico, e formular sobre ele. De que forma que nós vamos dialogar com essa nova classe trabalhadora? De que forma que nós vamos continuar sendo o partido representativo dessa nova classe trabalhadora?

Responder a perguntas imediatas que já são perguntas em decorrência dessas transformações, como a dificuldade que nós

temos em dialogar com a juventude trabalhadora, a dificuldade que nós temos em dialogar com a configuração das periferias das grandes cidades. Enfim, nós temos que efetivamente formular sobre tudo isso. O PT tem que se atualizar sobre tudo isso.

E também, por consequência, se o capitalismo muda sua forma de organização da produção, se o capitalismo muda sua forma de apropriação da riqueza produzida, principalmente com a intensificação da economia financeira, do capital financeiro, se, portanto, tem uma transformação profunda da forma de organização do capitalismo, como que nós vamos responder a essa nova configuração que se dá, como eu disse, tanto na organização da produção, como se dá na apropriação da riqueza por meio da financeirização da economia. E como que o capitalismo, que por conta, na minha avaliação, inclusive, do seu modelo de organização e reprodução de valor, ele vive uma crise, uma crise que tem início desde 2008, e que essa crise se aprofunda, e o aprofundamento dessa crise e a forma como a riqueza se acumula e a forma como você tem limitações da reprodução do capital do ponto de vista das relações comerciais, e que isso gera uma nova dinâmica como resposta, essa nova dinâmica, inclusive, muda a disputa geopolítica mundial. Enfim, são transformações violentas, talvez só comparadas às transformações do século 19 para o século 20. Como que o PT responde? Como que o PT formula? Como que o PT dá respostas eficientes, que sejam capazes de fazer disputa política nesse cenário?

NOVA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Claro, se nós temos que formular do ponto de vista programático, se nós temos que melhorar nossa concepção do ponto de vista programático para que a gente consiga construir respostas para fazer a disputa política, também isso impõe ao Partido uma nova estrutura organizativa, ou seja, impõe ao Partido uma nova concepção de organização para que ele responda, para que ele seja

instrumento a essas respostas que são exigidas de nós. Ou seja, não dá para a gente continuar tendo um partido com as instâncias enfraquecidas, com as instâncias esvaziadas, nós somos instâncias fortes com capacidade de formulação e de implementação política, nós precisamos de um partido com capacidade de organização de base para que a gente tenha presença na vida real dessa sociedade, desse novo modelo de organização, dessas novas relações sociais que se dão por conta dessas transformações. Então nós precisamos, efetivamente, melhorar nossa capacidade organizativa para que a gente tenha capacidade de fazer disputa política.

SEM BUROCRACIA

[Para a melhorar a organização de base, precisamos], primeiro, [fazer] o combate à burocratização partidária. Acho que esse é o desafio zero, ou seja, nós temos que evitar que o PT se burocratize, nós temos que evitar que o Partido seja literalmente submetido às relações institucionais. Eu tenho 40 anos de vida partidária, dos quais 32 anos eu cumpri mandato, mas não dá para o Partido ser submetido à dinâmica dos mandatos, não dá para o Partido ser submetido à lógica dos mandatos, isso seria literalmente o início da nossa destruição. O Partido tem que criar instrumentos que garantam a democracia interna, que garanta a organização da nossa militância, que dê protagonismo à nossa militância na organização partidária, no poder de exercício da democracia partidária. Então evitar a burocratização partidária e todas as suas consequências eu acho que é prioridade zero.

Segundo, nós precisamos dar poder às instâncias partidárias, o que evita a burocratização do processo partidário, do processo decisório é o esvaziamento das instâncias, então esse é um desafio.

E, claro, nós temos que efetivamente dar poder partidário à organização de base, e aí eu sou um defensor de que os núcleos de base se tornem instâncias, que eles se tornem instâncias de

organização de deliberação partidária. Então eu penso que são desafios. Eu não ignoro as formas de organização hoje que utilizem o avanço da tecnologia, da internet, nós podemos ter núcleos que sejam híbridos, com organização presencial, mas com participação também on-line, com participação também virtual, não vejo nenhum problema nisso, acho que a gente pode organizar. Nós hoje fazemos reuniões da Executiva on-line, nós fazemos reuniões de Diretório [Nacional] on-line quando é preciso, nós fazemos reuniões dos presidentes de partidos on-line, eu não sou contra isso, mas claro que muitas vezes quando um processo decisório requer e nós temos que regulamentar isso, as reuniões têm que ser presenciais, o debate tem que ser presencial, a interação precisa ser com reuniões presenciais.

JUVENTUDE E TRANSIÇÃO GERACIONAL

Eu me preocupo com a juventude que não está na vida partidária, eu me preocupo muito com a juventude da classe trabalhadora, a juventude das periferias, a juventude dos setores populares, me preocupa que o Partido consiga ter uma agenda que dialogue com essa juventude, que o Partido tenha protagonismo na vida dessa juventude, que o Partido consiga ter bandeiras que representem essa juventude. Então isso é uma preocupação zero.

Segundo, eu defendo a transição geracional no Partido. Nós precisamos no Congresso [do PT] limitar o número de mandatos. Foi um erro que foi cometido no PT acabar com o limite de mandatos. Nós vamos ter uma limitação de mandatos, são dois em cada função, em cada cargo, e mais um, o limite de três, mas tem que ter uma limitação para que a gente abra espaço para a transição geracional no PT.

Eu penso que a gente precisa investir mais na organização da juventude, nós precisamos dar mais protagonismo para a nossa juventude, nós temos que ter fóruns que organizem a juventude,

que seja a juventude que milita na área cultural, a juventude que milita na área do esporte, a juventude que tenha como prioridade o debate educacional, a juventude que tenha preocupação com essa organização do mundo do trabalho. Ou seja, abrir espaço para que a juventude, efetivamente, tenha uma vida orgânica mais intensa, para que ela tenha protagonismo na vida partidária.

PROCESSOS DECISÓRIOS

Eu penso que nós temos que melhorar a nossa organização em relação aos processos decisórios. Eu sou contra a gente limitar o processo de filiação, acho que todo mundo que queira se filiar no PT tem que se filiar, agora, para participar do processo decisório tem que ter regras muito mais rígidas do que nós temos. Então, para participar de uma eleição, para definir a direção municipal, tem que ter participado pelo menos de dois, três debates, para participar do processo decisório da direção estadual, tem que ter participado pelo menos dois, três debates sobre as teses, sobre o que pensam as chapas, para a decisão do processo de direção nacional. Então o PED tem que preceder a debates, o filiado, para se credenciar, participar do processo decisório, ele tem que ter participado da vida orgânica do PT, ele tem que ter participado dos debates que o Partido organiza, ele não pode aparecer para o processo de votação apenas para votar, muitas vezes nem sabendo o que está sendo decidido, não sabendo sequer o que está em jogo, o que está em disputa no Partido. Então nós temos que ter regimento para a participação dos processos decisórios.

SECRETÁRIO-GERAL NO NÚCLEO DE BASE

A mesma coisa no Núcleo de Base, eu sou contra a gente reproduzir no núcleo de base a estrutura das demais instâncias, não precisa ter presidente, mas que tenha um secretário-geral, até para a gente recuperar o papel do secretário-geral no PT, então que o

núcleo tenha um secretário-geral, que o secretário-geral convoque o núcleo, o núcleo vai ter participação on-line, vai ter participação presencial, o núcleo tem que se reunir pelo menos numa periodicidade a cada 30 dias, mas o núcleo tem que ter vida. O filiado pode participar do processo decisório nos núcleos, então ele pode votar no núcleo, ter PED no núcleo, não tem problema nenhum, mas desde que ele também tenha participado de debates, as regras que valem para o Diretório Municipal têm que valer para o Núcleo de Base, que vale para o Diretório Zonal tem que valer para o Núcleo de Base.

Ou seja, nós temos que fazer com que o Partido cresça, nós queremos que o PT continue tendo milhares e milhares de filiados, mas que o Partido estimule a vida orgânica e no processo decisório para participar das decisões do Partido tem que ter o mínimo de regramento, tem que ter o mínimo de vida orgânica no Partido.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Eu acho que o Congresso tem desafios, o primeiro é o de fazer uma boa revisão programática, não abrir mão do nosso legado, eu acho que o PT tem um legado riquíssimo. Por exemplo, mais do que nunca nós temos que estimular o Orçamento Participativo. Nós deveríamos colocar no Programa do PT a importância do Orçamento Participativo, da democracia direta no momento em que a democracia está sendo tão atacada. O que é que vai confrontar com as emendas parlamentares, que viraram um escândalo, que é uma apropriação das atribuições do Poder Executivo, no caso das emendas do Congresso Nacional, é quase que uma usurpação das atribuições do presidencialismo. Como é que nós vamos fazer? Nós temos que ter um processo, nós só vamos vencer esse debate se a gente colocar o processo na sociedade civil, a sociedade civil decidindo sobre investimentos, vamos achar aí os instrumentos,

on-line, reuniões presenciais, para que a sociedade civil possa definir quais são as prioridades das verbas de investimentos que o Governo Federal tem, o mesmo para o governo do estado, o mesmo para o governo municipal.

Então que o PT faça disso uma bandeira central no seu combate nesse momento, ou seja, enquanto a democracia representativa entra em crise, ela está em crise, é só nós olharmos o descrédito dos parlamentos, é só nós olharmos o quanto que aumenta em cada eleição a abstenção, nós só vamos recuperar a política, a credibilidade da política e da democracia se nós chamarmos a sociedade civil organizada a exercer a democracia direta, não tem nenhuma dúvida em relação a isso.

Então o Congresso [do PT] que reafirme o Orçamento Participativo no momento de tanta mudança e de tanta flexibilização e precarização das relações de trabalho, mais do que nunca a economia solidária tem que ser um eixo central para que a gente use o cooperativismo como forma de organização da classe trabalhadora. Se o trabalhador não se sente classe trabalhadora, se ele se sente empreendedor, está bom, nós não vamos brigar com ele, vamos fazer a disputa de consciência de classe chamando-o a participar de cooperativas, a romper com o modelo de submissão do trabalho que está imposto hoje.

BANDEIRAS CENTRAIS

[Assim] como eu acho que o PT tem que recuperar como bandeira central, não haverá sociedade democrática, o Brasil não será um país democrático se nós não universalizarmos a educação integral, se nós não universalizarmos o direito à creche, têm que ser bandeiras centrais do PT. Como eu penso que o PT tem que colocar centralidade no debate da transição energética, da urgência climática, debater qual é o modelo de produção hoje que gera a degradação, ou seja, chamar a consciência da sociedade para a

gente construir valores anticapitalistas. É o modelo de produção capitalista é que está degradando, é que está destruindo, é que está mudando o clima, é que está provocando os desastres ambientais que nós estamos vivendo. Então a urgência climática e a transição energética são temas centrais para confrontar o modelo de produção capitalista.

REDUÇÃO DA JORNADA

Como eu penso que o PT tem que colocar como centralidade do seu programa a redução da jornada de trabalho, porque se nós vamos, cada vez mais, aumentar nossa capacidade produtiva com menor intensidade de mão de obra, além de nós sermos muito duros e firmes e ter centralidade no debate da distribuição da renda, da reforma da renda, nós temos que colocar como centralidade a redução da jornada de trabalho. Então, se nós estamos aumentando a produção com menos intensidade de mão de obra, com menor intensidade de mão de obra, está bom, então a gente reduz a jornada de trabalho e faz o debate da utilização do tempo livre para o trabalhador. Hoje, com o modelo de desenvolvimento urbano que nós temos, a tarifa zero vira um debate central da igualdade de direitos, da democratização da mobilidade urbana, da democratização da mobilidade nas grandes cidades, nas médias cidades.

Então, nós temos que ter o mesmo debate do qual a direita tem se apropriado, por exemplo, do bem-estar animal. A sociedade sustentável que nós defendemos, ela também pressupõe o respeito aos animais. Por que o respeito aos animais tem só a bandeira da direita e não a bandeira da esquerda? Então, acho que devemos estar atentos a essa temática, é fundamental.

E o PT tem que formular que modelo de Brasil que nós queremos. Um Brasil que agregue valor à sua produção de matéria-prima, nós não podemos continuar sendo só exportador

de *commodities*, nós temos que ter, efetivamente, capacidade de agregar valor à nossa produção. Isso significa que nós temos no programa de qual modelo de Brasil que nós defendemos, do ponto de vista da organização, da produção, da geração de riqueza. Portanto, um país que tenha um ponto de vista em tecnologia, que tenha um projeto de desenvolvimento tecnológico, que coloque o seu modelo de produção de riqueza à transição energética. Um país que debata o conceito de soberania, que debata o conceito de soberania dentro dessa nova geopolítica que está se impondo no mundo, no avanço do fascismo, no avanço do autoritarismo.

Então essa revisão programática, para mim, ela é central para a gente sair do Congresso [do PT] como um partido que efetivamente dialogue com a sociedade real existente. Que a gente tenha capacidade de formular para essa sociedade real que está aí. Que a gente entenda os anseios dessa sociedade.

